

Jornal das Senhoras: o primeiro veículo de comunicação escrito por mulheres e a inserção feminina na imprensa brasileira¹

Amanda Holtz Brito de ALMEIDA²
Kátia Regina Macêdo BORGES³
Universidade Salvador, Salvador, BA

RESUMO

Com o surgimento das escolas femininas no Brasil no século XIX, algumas mulheres passaram a desempenhar papéis externos às suas casas – como na escrita e no jornalismo. Neste período, foi desenvolvido o primeiro jornal dirigido por uma mulher na História do Brasil: o *Jornal das Senhoras*, em 1852, veículo que buscava a emancipação feminina por meio da educação. O presente artigo discorre acerca da inserção feminina na imprensa e na mídia brasileiras, buscando entender os processos de comunicação concebidos no *Jornal das Senhoras*, a partir das Teorias da Comunicação, e questionar os impactos desta publicação na sociedade da época e o potencial do jornalismo enquanto motor de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; história; mulheres; teorias da comunicação.

O século XIX foi marcado no Brasil pelo desenvolvimento de uma indústria nacional, a consolidação da cafeicultura e o aumento na concentração de indivíduos nas cidades. Além disso, ele também foi importante para a imprensa, com a criação e crescimento no número de pasquins e jornais – entre eles, o *Jornal das Senhoras*.

Esta publicação esteve em circulação no Brasil entre os anos de 1852 e 1855, produzindo um total de 209 edições. Ao longo dos anos, o jornal abordou temáticas como a moda da época, as peças de teatro e o que seria 'ser mulher' na sociedade, além da necessidade da promover uma educação feminina. Atualmente, as edições do veículo

¹ Trabalho apresentado no IJ08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – XVI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 8º. Semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Salvador (UNIFACS), e-mail: manholtz@gmail.com.

³ Orientadora. Professora Dra. de Jornalismo da Universidade Salvador (UNIFACS), e-mail: katiamacces@gmail.com.

estão disponíveis na íntegra no site da Hemeroteca Digital Brasileira, portal de periódicos nacionais da Fundação Biblioteca Nacional, chancela do Ministério da Cultura⁴.

O jornal foi criado por Joanna Paula Manso de Noronha, que assina o primeiro editorial da publicação, e, posteriormente, comprado por Violante Atabalipa Bivar, nascida em Salvador, embora vivesse no Rio de Janeiro. Joanna era argentina (seu nome batiza uma rua em Puerto Madero, em Buenos Aires), e é considerada uma feminista importante na história da América do Sul.

Para analisar o *Jornal das Senhoras*, traçamos como recorte histórico-geográfico a década de 50 do século XIX no Brasil. Consideramos também necessário selecionar uma angulação social, já que as mulheres que escreviam e consumiam o jornal eram, majoritariamente, de classe abastada – tendo condição de pagar pelos exemplares e conhecimento intelectual e linguístico prévio para entender os textos publicados.

Além disso, não podemos ignorar o fato de que estas leitoras e jornalistas eram brancas, visto o contexto de escravidão ainda presente no Brasil, excluindo a possibilidade de mulheres negras e mestiças terem fácil acesso à informação e educação. Por fim, também será dado um enfoque no cotidiano das capitais do país como São Paulo e Rio de Janeiro, dada a dificuldade no transporte das edições para outras regiões e da interiorização da informação.

Adotando estes recortes, buscamos entender como se deu a comunicação e o desenvolvimento do *Jornal das Senhoras*, bem como seu relacionamento com o público. Tentamos também levantar questionamentos acerca do modo como este veículo pode ter influenciado as suas consumidoras, pautando, principalmente, a demanda pela educação feminina.

Desta forma, o trabalho tem início com um panorama explicativo do contexto da época, com enfoque na educação feminina brasileira no século XIX. Em seguida, analisaremos a relação entre as mulheres e o jornalismo do período – buscando entender o quanto este afetava suas leitoras e qual a participação designada a elas nas redações – e, então, analisaremos o *Jornal das Senhoras*.

Para tanto, faremos uso das Teorias da Comunicação e das Teorias do Jornalismo, traçando similaridades entre as hipóteses de Agendamento e Enquadramento para

⁴ Edições do *Jornal das Senhoras* disponíveis na íntegra no site da Hemeroteca. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-senhoras/700096>. Acesso em 10 de set. de 2020.

entender a atuação desta publicação e suas possíveis implicações no imaginário coletivo do seu público.

A Educação Feminina no Século XIX

Ao longo do século XIX surgiram novos pensamentos, ideologias e perspectivas políticas, influenciadas pelas alterações nos centros urbanos e todo o processo de urbanização do Brasil. No compasso da industrialização, mulheres e crianças de classes populares passaram a ser inseridas no contexto do mercado de trabalho, principalmente nas fábricas e no comércio e, na classe abastada, no processo educacional.

No início daquele século, o cotidiano feminino era, principalmente, relacionado a afazeres domésticos e à família, deixando-a restrita ao ambiente do lar. Ademais, havia uma forte relevância do catolicismo na vida das mulheres, que acentuava a necessidade de divisão entre a vida externa e masculina e a dedicação feminina à casa. Para Ogando (2010, p.1), “o pensamento positivista e católico do século XIX no Brasil inegavelmente estabeleceram o lugar da mulher brasileira na esfera privada e ajudou consolidar, por sua vez, a herança patriarcal”.

Conforme estabelecido por Mauad (1999, p.154), a educação de homens e mulheres no Brasil do século XIX era distinta desde a infância. Enquanto meninos tinham uma formação mais duradoura, incluindo aspectos cívicos, militares e intelectuais, as meninas eram ensinadas, majoritariamente, a realizarem trabalhos manuais e a área das artes.

Contudo, materiais como a obra *Cartas sobre a educação de Cora* (1894), uma coletânea de 41 cartas escritas pelo médico baiano Lino Coutinho, se diferenciam do estabelecido acima. As cartas, escritas para uma senhora responsável pela educação de Cora, traziam conceitos iluministas e de influência europeia para a educação física e moral. Foi orientado, por exemplo, a leitura de clássicos da língua portuguesa e francesa, além de noções de História e Geografia. Entretanto, a educação doméstica e religiosa também era considerada primordial.

De acordo com Machado (2001, p. 255), o pensamento popular no início do século XIX era de que as ruas apresentavam seduções para as mulheres e, por isso, elas deveriam ser observadas apenas das janelas. Assim, a sociedade reduzia o sujeito feminino aos afazeres domésticos e, na classe abastada, ao aprendizado de artes como pintura e piano e à leitura. Antes do início do processo de alfabetização feminina, iniciado por volta da

década de 1830, livros eram considerados perigosos para mulheres. Para Machado (2001, p. 256) “se fosse analfabeta, ótimo (...) bastava a leitura do missal”.

Contudo, mesmo com o acesso à educação formal, regulamentado em 1827, a ênfase nos estudos permanecia orientando as mulheres a exercerem os papéis de mãe, esposa e dona de casa. Para a autora do livro *Breve história do feminismo no Brasil*, Maria Amélia Teles (1999), as escolas tinham como principal característica a preparação para as atividades do lar. A situação se estendeu até o meio do século XIX e, mesmo anos após a legislação, os relatos de viagens mencionavam a falta de educação das classes populares e o baixo número de escolas, ineficientes para atender toda a população.

Para os naturalistas Elizabeth e Louis Agassiz e Cary, que estiveram no Brasil entre os anos de 1865 e 1866, a educação oferecida, restrita à música, português e francês, ainda era prejudicada pela censura, que proibia determinados livros e textos de circularem. Contudo, havia exceções à regra. Na obra *Viagem ao Brasil*, Agassiz e Cary (1975, p. 279) relatam um único exemplo: o encontro com uma senhora brasileira que tinha “uma biblioteca bem escolhida das melhores obras de história e literatura, em francês e alemão”.

Além disso, mulheres como Joanna de Noronha e Violante Bivar e Velasco, diretoras do *Jornal das Senhoras*; Adelaide de Castro Alves Guimarães, escritora e poeta; Maria Augusta Generoso Estella, a primeira médica brasileira e fundadora do jornal *A Mulher*; entre várias outras, quebraram o senso comum da época.

A Inserção Feminina na Imprensa

As atividades tipográficas e a imprensa nacional surgiram em 1808, com a liberação da Corte para a impressão em solo brasileiro. A autorização fez parte de uma série de medidas de Portugal para estimular atividades culturais, como a criação de bibliotecas e institutos de pesquisa. Em 1808, no primeiro ano de promulgação, surgiram três livrarias no Brasil. Alguns anos depois, quando D. João retornou à Europa, já havia 16 desses espaços.

Com a liberação, surgiram também os jornais e periódicos. O primeiro veículo legalizado brasileiro foi o *Gazeta do Rio de Janeiro*, conhecido como “a voz da Corte”. Além dele havia o jornal *Correio Braziliense*, que era produzido em Londres e tinha circulação clandestina no Brasil, dado o estilo de jornalismo opinativo e analítico

defendido por seu criador, que não era aprovado pela censura de Portugal, e o fato de o seu editor chefe, Hipólito José da Costa, ter sido exilado por denúncias de maçonaria.

Neste momento, ainda anterior à consolidação da educação feminina no Brasil, a participação de mulheres nas redações dos jornais era nula, bem como sua retratação nos veículos. Em uma análise feita nas matérias publicadas no *Correio Braziliense* e na *Gazeta* no período joanino, Lúcia Ferreira (2010, p.8) identifica que mulheres aparecem, apenas como rainhas, princesas, duquesas, marquesas, coadjuvantes de seus maridos e em alguns relatos de eventos sociais, além das menções a mulheres escravizadas na seção de anúncios.

Contudo, e em contraponto ao fraco ensino, que prejudicava a alfabetização feminina no período, a possibilidade de ir à escola abriria, nos anos seguintes, as portas para as mulheres no ambiente da comunicação. Podendo sair de casa para ir às aulas, e aprendendo sobre arte, as mulheres das classes mais abastadas começaram a se inserir no circuito social e cultural brasileiro. Agora, poderiam frequentar saraus, cafés e ir ao teatro, não ficando tanto tempo enclausuradas em suas casas e podendo conhecer, ao menos, parte do mundo à sua volta.

Já em meados do século XIX, há uma mudança nos jornais, ainda voltados aos homens e escrito por eles, que reflete a participação feminina enquanto possível público desses veículos, ainda que não o principal. Para Machado (2001, p.257) a alfabetização das mulheres gerou um aumento no número de jornais e de suas tiragens. Também ocorre, nesse período, o desenvolvimento dos romances de folhetim.

O gênero era escrito tendo as mulheres como público-alvo, em uma possível tentativa de aumentar as tiragens dos jornais. Com o crescimento do mercado jornalístico e o aumento de artigos e romances do gênero, surgiram os jornais efetivamente voltados para mulheres – ainda nesse momento, dirigidos e editados por homens. Nesse momento, o romantismo⁵ acabou se tornando uma marca nos jornais femininos.

Os pioneiros no ramo surgiram no Rio de Janeiro: o *Espelho Diamantino*, fundado em 1827 e *A Fluminense Exaltada*, em 1832. Apesar de serem dirigidos e majoritariamente escritos por homens, as mulheres já participavam das redações desses

⁵ O Romantismo foi um dos principais movimentos de arte do século XIX e pode ser considerado um dos principais marcos da literatura brasileira. O movimento representa, principalmente, a burguesia e tem como ideais a exaltação da natureza, o egocentrismo, a idealização do herói, do amor e da mulher e a fuga da realidade por meio da morte ou da arte.

jornais. O veículo *Espelho das Brasileiras*, em 1831, que era voltado às mulheres pernambucanas, por exemplo, contou com a participação de Nísia Floresta, uma das pioneiras do feminismo no Brasil, nas 30 edições publicadas no período.

Pelo contexto econômico e tecnológico, a produção de um veículo de comunicação era dispendiosa, pois precisava de um maquinário específico e importado, além de uma mão de obra qualificada. Desta forma, o investimento no público feminino pode ser considerado como notável, já que vem acompanhado por uma forte movimentação financeira.

Já em 1852, surge o *Jornal das Senhoras*, tido por estudiosos (Vasconcellos e Savelli, 2006; Cabral, 2008; Lobo, 2009; Lima, 2010, Souza, 2012, entre outros), como o primeiro veículo brasileiro a ser dirigido, escrito e direcionada a mulheres. O veículo esteve em circulação até o ano de 1855, com publicações em todos os domingos – produzindo um total de 209 edições.

Como destaca Barbosa (2013, p.73), as dificuldades financeiras de um jornal no século XIX eram altas e poderiam ser intensificadas caso o público-alvo fosse feminino, uma vez que a maioria das mulheres eram analfabetas e/ou dependentes financeiramente dos seus maridos. Para Reis e Thomé (2018, p.7), os apelos para a renovação de assinaturas eram frequentes no *Jornal das Senhoras*.

O jornal seguia um modelo da época de venda por assinaturas trimestrais, cobrando entre 3 a 4mil réis, com pagamento adiantado. Ainda que enfrentando dificuldades, o valor é similar ao praticado por outros veículos jornalísticos da época, mesmo os voltados para o público masculino. O *Correio Brasiliense*, por exemplo, praticava a cobrança de 10mil réis para uma assinatura anual.

O Jornal das Senhoras

As edições do *Jornal das Senhoras* apresentavam uma constante crítica à relação entre a mulher e a sociedade, o que o diferenciava dos demais jornais da época – na sua primeira edição, por exemplo Joanna de Noronha ironiza: “Ora pois, uma Senhora à testa da redação de um jornal! Que (sic.) bicho de sete cabeças será?”. O jornal usava do humor e de piadas para tecer críticas voltadas a realidade que as mulheres estavam expostas e sua condição na sociedade.

Por possuir um público-alvo consolidado, constantemente usava termos como "queridas leitoras" ou até mesmo "amigas" para se direcionar a suas consumidoras,

demonstrando uma fraca ou nula conexão com o público masculino. Ao longo das publicações, tinha como temáticas principais o teatro, as belas artes, a moda e a literatura – comuns a toda imprensa voltada ao feminino, escrita por mulheres ou não – mas também havia como diferenciação a busca pela emancipação moral das mulheres.

No período, o conceito de emancipação feminina foi consolidado no *Tratado sobre Emancipação Política da Mulher*, publicado em 1868 sob anonimato com a sigla A.R.T.S. Na obra era reivindicado o direito à participação na política, no mercado de trabalho e na educação, defendendo o voto feminino. Dentre as pautas, a principal, e mais discutida no período, diz respeito à educação.

Assim, a religião, o casamento e a busca por filhos eram elementos que, apesar de serem analisados criticamente na contemporaneidade, não pareciam representar grandes problemáticas para as mulheres que coordenavam o veículo. O propósito do criador (Deus), a tentativa de ser uma boa esposa e a participação na educação e formação dos filhos eram elementos aceitos e fracamente criticados por essas jornalistas.

Para Vasconcellos (2006, p. 229), Joanna de Noronha defendia a ideia do amor como a virtude e a base de relações, aceitando sem aparentes questionamentos os papéis que lhes eram impostos enquanto mãe e esposa. De modo geral, os periódicos e jornais femininos partiam de necessidades mais práticas e tangíveis no universo em que essas mulheres estavam inseridas, como a educação.

Para Muzart (2003, p. 226), "uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto". Desta forma, a principal reivindicação do jornal, comum ao período, era a promoção da instrução das mulheres – o que pode ser chamado de racional emancipação, termo utilizado por Bicalho (1984, p.84) ao longo da sua obra.

O momento era, para Bicalho (1989, p. 94), o da construção de uma nova identidade feminina que levantasse reivindicações sociais e políticas, mas valorizando a trajetória da mulher em torno de temas como o casamento, o cuidado da família e a maternidade.

Deste modo, poucas chegaram a lutar pelo direito de temas como divórcio, por exemplo. Complementando esta ideia, e buscando entender esse comportamento das mulheres da época, temos o conceito de patriarcado-racismo-capitalismo de Saffioti (1984, p.19). Segundo ela, além de atuarem em conjunto, os conceitos traçam uma relação

de simbiose com a sociedade, formando um sistema em que os próprios sujeitos prejudicados são responsáveis por alimentar o processo. Assim, “opressão e exploração não são propriamente fenômenos distintos” (SAFFIOTI, 1984, p.19), apesar de terem manifestações em dimensões específicas.

Apesar de apresentarem um comportamento diferente do consolidado no século XIX, essas mulheres ainda estavam inseridas no mesmo ambiente que o restante da comunidade. Eram, em determinada proporção – como todos os seres humanos – produtos de um contexto. Consideramos a observação relevante para não cairmos na ideia de que este foi um fenômeno individual e fora da realidade, sem conexão com o momento que viviam.

O jornal circulava, era comercializado e procurado por parte da sociedade, o que demonstra que um grupo considerável de pessoas concordava com aquelas ideias. Para Aguiar Pimentel (2016, p. 62), “o *Jornal das Senhoras*, enquanto resultante do incipiente desenvolvimento de uma indústria de comunicação no Brasil em meados do século XIX, apresentava-se como uma mercadoria regulada pelas leis de mercado.”

Já para o pesquisador Nelson Werneck Sodré (1977, p. 214), o veículo pode ser entendido como um dos sinais do comportamento progressista que a sociedade brasileira presenciou no início do Segundo Reinado.

Havia, ainda, um novo padrão a ser representado. Para Buitoni (2009, p. 29) “provavelmente o surgimento de jornais ou revistas femininas estava relacionado com a ampliação dos papéis femininos tradicionais, circunscritos até então ao lar e ao convento”. Mesmo com as rupturas presentes no jornal, era necessário estabelecer qual o novo padrão de comportamento para as mulheres – que estava longe do modelo de mulher feminista que vemos na atualidade.

Também é importante ressaltar o direcionamento monarquista do veículo – que produzia dedicatórias à Imperatriz (março de 1852) e notas de falecimento, como a da irmã de D. Pedro II (dezembro de 1853) – característica política comum à classe abastada. Desde meados do século XIX até o fim do Império jornais, femininos ou não, dividiam-se entre apoiadores ou opositores do regime monárquico.

Assim, o *Jornal das Senhoras* precisa ser entendido enquanto um modelo de jornalismo dinâmico para a época. Ele representava tanto a imprensa tradicional, ao promover continuidades com o sistema da mulher enquanto filha/esposa/mãe/dona de

casa, quanto a imprensa progressista – sendo, na verdade, um de seus pioneiros –, por estar constantemente pautando a necessidade da educação feminina.

Teorias da Comunicação

As Teorias da Comunicação constituem um campo do saber que tenta entender o processo de comunicação, assimilação e relação entre os seres humanos. Assim, são estudos que englobam diversos ramos do conhecimento, como a antropologia, a história, o jornalismo, a psicologia, a sociologia, entre outros.

Esses estudos tiveram início em meados do século XX, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e a criação de regimes totalitários e midiáticos na Europa. Contudo, e apesar de serem posteriores ao recorte adotado pelo estudo, a realidade de algumas teorias – especialmente as primeiras a serem desenvolvidas – é similar ao que encontramos no Brasil do século XIX, podendo servir de auxílio teórico para entender o *Jornal das Senhoras*. Sendo assim, adotamos a Teoria do Agendamento e do Enquadramento na tentativa de levantar possíveis implicações fomentadas pelo veículo.

O Agendamento

A Teoria do Agendamento, ou *Agenda Setting*, foi formulada no fim do século XX, em 1970, por Maxwell McCombs e Donald Shaw. Os pesquisadores analisaram o comportamento das pessoas nas eleições americanas e concluíram que o público tende a dar mais importância no seu dia a dia ao assunto que é mais exposto pelos jornais.

Para Felipe Pena (2005, p.142), toda a teoria se baseia em um contexto no qual a mídia seja a principal, ou única, ligação entre o mundo e o indivíduo que recebe a informação – exatamente a realidade observada no século XIX para as mulheres brasileiras, que ainda tinham pouco contato com a realidade à sua volta e, na realidade das que sabiam ler, eram consumidoras ativas de jornais e periódicos. Na contemporaneidade, com o acesso à internet e a democratização da informação, a hipótese se tornou um tanto quanto obsoleta. Contudo, nos períodos iniciais do jornalismo, a falta de alternativas para se manter informado na sociedade e o controle do imaginário coletivo pelos jornais tornam o modelo teórico adequado para análises.

Para Barros Filho (2001, p. 169), a teoria diz respeito "à hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas

sobre os quais o público falará e discutirá". Assim, ao evidenciar um determinado aspecto ou trazer à luz um determinado assunto, o(a) jornalista estaria fazendo com que este seja considerado mais importante para a sociedade e, conseqüentemente, mais debatido por ela.

As mulheres brasileiras do século XIX, apesar de estarem começando a conviver abertamente em sociedade, ainda tinham um conhecimento de mundo restrito e fechado, situação que as deixavam ainda mais propícias a serem influenciadas, uma vez que o jornal participava ativamente do processo de como elas aprendiam, assimilavam e entendiam o mundo à sua volta, estabelecendo um pseudo-ambiente fabricado pela lógica de quem escrevia a matéria. Há ainda o papel dos editores, que atuavam na decisão do conteúdo que seria vinculado em cada edição, sendo parte importante desse contexto.

Nesse contexto, a mídia era um potencial agente de modificação social. Walter Lippmann (2008, p.307), responsável por desenvolver o conceito de Opinião Pública, afirmava que os meios de comunicação eram capazes de modelar a forma como o indivíduo conhecia o mundo e entendia sua própria existência por meio do direcionamento de temas e recortes do que seria o mundo, criando a “força mística denominada Opinião Pública” (LIPPMANN, 2008, p.307).

Intensificando os estudos sobre a teoria, Hohlfeldt (2001, p. 61) levantou alguns aspectos presentes na construção do agendamento. Entre estes, temos a acumulação, que resulta em um destaque das demais notícias; a onipresença, que consiste na notícia ultrapassando os espaços que o assunto tradicionalmente ocupa; a centralidade, determinada pela capacidade de relação entre um e demais assuntos, entre outros.

Todos estes aspectos podem ser aplicados à realidade das mulheres no século XIX e a como foi feita a cobertura da realidade pelo *Jornal das Senhoras*, entendendo a ênfase e importância que o jornal dava à emancipação feminina. O veículo mencionava constantemente a necessidade da busca pelos direitos femininos relacionando a condição atual desses sujeitos aos diversos problemas enfrentados pelas leitoras diariamente e expondo grupos e entidades de mulheres que, ultrapassando o espaço do jornal, se reuniam para debater sua realidade.

O Enquadramento

Complementando a lógica do Agendamento, há a Teoria do Enquadramento, ou *framing*, formulada por Gregory Bateson (1954) e Erving Goffman (1974) como formas

de interpretação da realidade aplicada para compreender as interações sociais. Em suma, ela foi criada para entender como eram feitos recortes sobre a sociedade e o quanto esses recortes, os *frames*, faziam parte da leitura do indivíduo sobre a sociedade. Em 1978, com a evolução dos estudos da socióloga Gaye Tuchman, a teoria passou a ser usada para analisar os efeitos da comunicação. Para ela, as notícias e jornais impõem enquadramentos e constroem diferentes realidades, conforme se posicionam perante a elas.

Assim, já nos anos 1980 a noção de enquadramento foi adaptada para os estudos de mídia, comunicação e jornalismo. De acordo com a teoria, a comunicação seria uma espécie de moldura da realidade. Assim, ao expor um assunto, a mídia dá ênfase a determinado ângulo, moldando a realidade de forma a ir de encontro ao discurso veiculado. Mais do que levantar uma pauta, como é dito na Teoria do Agendamento, o Enquadramento afirma que o jornalismo predispõe a sociedade a uma determinada opinião. Assim, as opiniões publicadas no jornal poderiam influenciar o entendimento do seu leitor.

Contudo, é importante ressaltar que, “a presença de enquadramentos, detectada por pesquisadores, não garante a sua influência no pensamento da audiência” (ENTMAN, 1993, p.53). Assim, o processo analisa a maior propensão de que as ideias do jornal sejam adotadas pelos seus consumidores, mas sem entender esta como uma realidade exata.

A perspectiva, que ainda pode ser aplicada aos dias de hoje, diz respeito à linha editorial do jornal ou do editor, sendo muitas vezes algo considerado natural em veículos. Por ter um viés voltado à educação feminina, por exemplo, o *Jornal das Senhoras* expunha feitos de mulheres que tiveram uma boa educação, assim, mais do que apenas levar esse assunto ao conhecimento e promover conversas sobre essas conquistas, ele também criava a ideia de que mulheres poderiam produzir bons produtos intelectuais.

Deste modo, apenas ao expor a necessidade de educação e emancipação feminina, o jornal já se expressava acerca da problemática, usando ao longo de seus exemplares apenas argumentos favoráveis para embasar sua linha editorial, definida no processo de construção do veículo, tornando esta uma pauta e defesa mais provável a ser adotada por suas leitoras.

O enquadramento não diz respeito necessariamente a uma mentira, mas à construção de um recorte, um elemento necessário para quase toda comunicação, e seus possíveis efeitos na sociedade – como a ideia de que um fato é comum ou que pode ser

facilmente aplicado, dada à repetição dela pelo veículo, ou que ela deva ser realizada, já que o jornal constantemente a favorece.

Dessa forma, além da criação de uma pauta de discussão da condição feminina, é possível supor que o *Jornal das Senhoras* desenvolveu nas suas leitoras a ideia de que era possível e fundamental para uma mulher executar tarefas e ocupar espaços diferentes dos que são oferecidos pela sociedade tradicional e expostos pelo jornal enquanto possibilidades.

Conclusão

Nossos estudos permitem entender que a imprensa teve, assim como ainda tem, um papel importante no desenvolvimento do imaginário coletivo. O agendamento de pautas, a Opinião Pública e o Enquadramento são elementos que interferem no entendimento da sociedade, ainda mais em um contexto com poucas informações e opiniões sendo veiculadas, onde o debate não é estimulado, como acontecia no Brasil do século XIX.

Assim, e apesar de não ser possível determinar quantitativamente a relevância e influência exercida pelo *Jornal das Senhoras* no seu público, é possível entender, com base nas teorias utilizadas ao longo do presente trabalho, que este processo ocorreu. Ainda, é possível afirmar, considerando as dinâmicas necessárias para a manutenção de um jornal, a movimentação econômica gerada por ele e sua própria permanência em circulação ao longo dos anos, que este foi um marco na História das Mulheres do Brasil.

O discurso presente nos exemplares do veículo contribuiu para o aumento da consciência de gênero das mulheres alfabetizadas e abastadas do século XIX, sendo um real motor de transformação social por meio do aumento ou direcionamento de pautas.

Por isso, reconhecemos a contribuição da imprensa, de maneira geral, e do veículo de forma particular na promoção de ideias como a emancipação da mulher e a defesa da educação feminina. Contudo, ressaltamos que este não é um processo gerado por uma comunicação apenas vertical, mas de retroalimentação em relação às pautas já existentes na sociedade.

É importante ressaltar, por fim, o trabalho de resgate e preservação realizado pela Biblioteca Nacional, que possibilitou a realização deste e de diversos outros trabalhos, promovendo a educação e análise acerca da história do jornalismo e das mulheres no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Rio de Janeiro e suas instituições a serra dos órgãos.** In: Viagem ao Brasil: 1865 -1866. Trad. de João Etienne Filho. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

BAETSON, Gregory (2000). **Uma teoria sobre brincadeira e fantasia.** In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ P. M. (organizadores). Sociolinguística internacional, 2ª Edição. São Paulo, 2002.

BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil.** Editora Vozes, 2013.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX.** In: COSTA, Albertina de Oliveita; BRUSCHINI, Cristina (organizadoras). *Rebeldia e submissão.* Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1989.

BUITONI, Dulcília Shroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira.** 2ª Edição, Summus Editorial. São Paulo, 2009.

CABRAL, Eugênia Melo. **Primeiras Histórias: o surgimento das impressas feminina e feminista no Brasil.** BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2008.

COUTINHO, José Lino. **Cartas sobre a educação de Cora, seguidas de um catecismo moral político e religioso.** Salvador: s.n.t., 1849.

ENTMAN, Robert Mathew. *Framing: toward clarification of a fractured paradigm.* In: CAMPOS, Luiz Augusto. *A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa.* OP Campinas, volume 20, número 3. São Paulo, 2014.

FERREIRA, Lucia. **Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX.** Revista de História e Estudos Culturais Fênix, 2010.

GOFFMANN, Erving. *Frame analysis.* Nova York: Harper y Row, 1974.

HOHLFELDT, Antônio. **Os estudos sobre a hipótese do agendamento.** In: Revista Famecos. Porto Alegre: Edipucrs, número 7, 1997.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (Orgs.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências,** Petrópolis, Vozes, 2001.

JORNAL DAS SENHORAS: Modas, Literatura, Belas-artes, Teatros e Crítica. Rio de Janeiro, Parisiense, 1852-1855.

KROETZ, Itiana Daniela; PIAZZA GAI, Eunice. **O Jornal das Senhoras e a busca pela emancipação moral e intelectual da mulher brasileira**. Revista Cascavel, Literatura, Comparatismo e Crítica Social, 2015.

LIMA, Joelma Varão. **Jornal das Senhoras: as mulheres e a urbanização na Corte**. Cad. CERU, volume 21, número 2. São Paulo, 2010.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, Editora Vozes, 2008.

LOBO, Luiza. **Juana Manso: Uma exilada em três pátrias**. Revista Gênero, volume 9, número 2. Rio de Janeiro, 2009.

MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o Romantismo: A mulher e a vida literária**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

MAUAD, Ana Maria. **A vida das crianças de elite, durante o império**. In: DEL PRIORE, Mary (org.) História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**, Vozes. Petrópolis, 2009.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. **A função do agendamento dos media**. In Nelson Traquina, *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Portugal, 2000.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX**. Rev. Estudos Feministas, volume 11, número 1. Florianópolis: 2003.

OGANDO, Ana Carolina Freitas Lima. **Entre o Público e o Privado: as relações de gênero no pensamento positivista e católico**. Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 9ª Edição, 2010.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. Contexto. São Paulo, 2006.

REIS, Marco Aurelio; THOME, Claudia Albuquerque. **Jornal das Senhoras: a interatividade no primeiro jornal feminino editado no Brasil**. Revista Brasileira de História da Mídia, volume 7, número 1, 2018.

SAFFIOTI, Helena. **Mulher brasileira: opressão e exploração**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. **O poder do macho**. Moderna. São Paulo, 1987.

SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

SOUZA, Cassia Rodrigues. **Periódicos Feministas do Século XIX: Um chamado à Resistência Feminina**. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro: 2012.

TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1999.

TUCHMAN, Gaye. ***Making News: a study in the construction of reality***. Free Press. New York, 1978.

VASCONCELLOS, Eliane; SAVELLI, Ivete Maria. **A imprensa feminina**. Verbo de Minas: Juiz de Fora, volume 5, 2006.